

**ATA DA 204ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA  
(20 de julho de 2010)**

Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e dez, às dezenove horas, no Auditório Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a certificação do quórum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde, para a duocentésima quarta reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pontos de pauta os seguintes assuntos: **01. Aprovação da pauta para a 204ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação das Atas das 202ª e 203ª Reuniões Ordinárias do CMS; 02. Informes; 03. Aprovação das Prestações de Contas do Fundo Municipal de Saúde, referentes aos meses de maio e junho de 2010, Diretor Superintendente da Autarquia Municipal de Saúde, Edson Antônio de Souza; 04. Encaminhamentos dados pelo Gestor da Autarquia Municipal de Saúde frente aos Termos de Parceria CIAP/A.M.S., Diretor Superintendente da Autarquia Municipal de Saúde, Edson Antonio de Souza; 05. Estabelecimento de ações para vigilância dos prédios das Unidades Básicas de Saúde da Autarquia Municipal de Saúde, Gerente de Vigilância Patrimonial, Zilá Avanso Rosseto e Diretora de Ações em Saúde, Bruna Rocha Petrillo.** O Presidente do conselho municipal de saúde e secretário de saúde **Edson Antonio de Souza**, abre a reunião apresentando o primeiro item de pauta da noite: **01. Aprovação da pauta para a 204ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação das Atas das 202ª e 203ª Reuniões Ordinárias do CMS.** A pauta da 204ª reunião é aprovada de forma unânime pelo conselho, e logo após, **Edson** propõem a aprovação da ata da 202ª reunião ordinária e indaga se alguém tem algum apontamento a fazer. A conselheira **Terezinha Pereira da Silva (Mãe Omin)** aponta uma correção a ser feita na pauta, em suas linhas noventa e três e noventa e quatro, e pede para que onde foi registrado “em parceira com a saúde da mulher” se corrija para “em parceira com a secretaria municipal da mulher”. Após o apontamento de **Terezinha Pereira da Silva (Mãe Omin)** a ata é aprovada unanimemente pelo conselho. O presidente do conselho **Edson Antônio de Souza** coloca então em aprovação, a ata da 203ª reunião do conselho municipal de saúde, e questiona se alguém possui apontamentos a fazer. Não tendo manifestações, a ata é aprovada de maneira unânime pelos conselheiros. **Edson** dá continuidade à reunião e passa ao ponto seguinte da pauta: **02. Informes.** A conselheira **Esmeralda Pereira da Silva** faz uso da palavra e informa que não esteve presente nas ultimas reuniões por motivo de saúde. A conselheira **Rita de Cássia Domansky** representante do HU, comunica que embora o conselho não tenha recebido o ofício 160, do dia doze de julho de 2010, ela e a conselheira **Susy** estão se desligando do conselho, sendo substituídas pela Drª Margarida e Drª Denise da nova diretoria do hospital, como titular e suplente respectivamente. A conselheira **Silvia Aparecida Brazão** representante dos usuários, convida a todos em nome da associação de moradores do Jardim Bandeirantes para um coquetel comemorativo dos 40 anos da entidade, que será realizado no dia 24 de julho de 2010, e informa que não poderá permanecer até o final da reunião vigente. A conselheira **Maria osvaldina** dá parabéns a todos pelo “dia do amigo” e parabeniza as mulheres pelos 50 anos do uso do anticoncepcional. Diz ainda, que o Drº Paulo Tavares convidou a todos, para sua defesa de mestrado no dia 22/07/2010 às 14 horas no hemocentro. A conselheira **Lázara Regina Resende** do segmento dos trabalhadores convida a todos para participarem da continuidade do curso de capacitação dos conselheiros, dia 23 de julho as 19:00 horas, com palestra do Drº Silvio Fernandes sobre as redes de atenção, e 24 de julho no horário da manhã, onde ocorrerá uma avaliação de toda capacitação já realizada. **Lazara** coloca ainda sobre a importância da participação dos conselheiros, já que na ultima capacitação o número de presentes foi pequeno. O conselheiro **Drº Paulo Fernando M. Nicolau** faz uso da palavra, e distribui aos presentes, um informe sobre as notícias que tem circulado na mídia a respeito da área de psiquiatria e diz estar à disposição dos conselheiros para esclarecimentos, convidando a todos para que conheçam a instituição. O conselheiro **Manoel Rodrigues do Amaral**, representante do

51 SINDNAPES informa a todos, que à convite da conselheira **Silvia Aparecida Brazão**, presidente do  
52 conselho local do jardim bandeirantes e da associação de moradores, participou do almoço  
53 festivo no ultimo dia 20 de junho promovido pela associação. Como segundo informe diz  
54 que participou também, da festa junina para pacientes, familiares e funcionários da  
55 CLINICA PSIQUIÁTRICA DE LONDRINA ocorrida no ultimo dia 24/06/2010. **Amaral**  
56 coloca ainda que conversando na oportunidade com pacientes e familiares, ouviu dos  
57 próprios, que o SUS deveria autorizar uma majoração no número de dias de internamento,  
58 haja vista que os 30 dias atuais não estarem sendo suficientes para uma total desintoxicação  
59 dos viciados em álcool e drogas. A conselheira **Jurema de Jesus Côrrea representante da**  
60 **União Brasileira de Mulheres**, dá as boas vindas a **Adriana**, nova secretária do conselho  
61 municipal de saúde. O **conselheiro Joel Tadeu** reforça as boas-vindas a Adriana, e diz que  
62 referente a clinica psiquiátrica de londrina, a comissão de humanização fez uma visita ao  
63 local, e espera que os fatos análogos que ocorreram, não mais ocorram, e o que saiu na  
64 imprensa e o que foi visto no local é lamentável. A **conselheira Maria Ângela Magro**  
65 representante dos usuários pela UNIMOL toma posse da palavra, e inicia dizendo que duas  
66 atas atrás, ela havia mencionado que era a representante do conselho no bolsa-familia, e que  
67 protocolou dia 12 de julho uma carta direcionada ao prefeito, para que o mesmo possa  
68 analisar as reivindicações que ela levantou há um ano atrás. **Maria Ângela** esclarece que há  
69 dois meses aguarda uma audiência com o prefeito e se queixa de estar sendo barrada por  
70 sua assessoria, que tem dificultado o agendamento da audiência. Por último, diz que irá a  
71 promotoria para conseguir uma reunião com o prefeito para poder repassar a questão do  
72 bolsa-familia. O **conselheiro Joel Tadeu** informa que o que Maria Ângela reivindica é uma  
73 reunião com o prefeito na sua condição de representante do bolsa-familia, e não como  
74 representante da UNIMOL ou de conselho local, e lamenta ainda se o problema supracitado  
75 chegar a mídia. O **conselheiro Elba Ferreira representante do CONLESTE** informa que  
76 recebeu um ofício do promotor público, sobre problemas em quatro unidades de saúde e  
77 que gostaria de marcar uma reunião com o secretário e o promotor, sobre o que pode ser  
78 feito quanto ao assunto. A palavra passa á conselheira **Adriana Xavier Dorta**  
79 **representante dos usuários**, que inicia agradecendo a Karen pelo retorno da solicitação  
80 relativa ao Pronto Atendimento Infantil que ela Adriana havia feito, e que posteriormente  
81 esteve presente no mesmo e pode constatar uma melhora considerável no atendimento.  
82 **Dorta** relata ainda, que infelizmente a melhora referida anteriormente, não se aplica ao  
83 PAM e as unidades básicas de saúde, citando ainda um caso específico ocorrido no hospital  
84 da zona norte, onde uma senhora de idade caiu de uma sacada, e não havia ambulâncias  
85 para levá-la ao hospital para fazer um raio-x, e que o hospital também não possuía o  
86 equipamento naquele momento. Para finalizar justifica sua ausência na capacitação do hotel  
87 Sumatra e na capacitação do dia 19/07/2010, pois estava com sua filha adoentada. A  
88 conselheira **Gioconda P.da Silva Ferreira da CONSASLO**, representante dos usuários dá boa  
89 noite a todos, e informa que participou do curso de capacitação do dia 25 de junho no hotel  
90 Sumatra, e cita que a ação de acionar a promotoria deve ser de maneira contida, devendo  
91 ser usada quanto todos os outros meios de conversação foram esgotados, e que os  
92 conselheiros devem ter conhecimento de quais os caminhos á serem adotados. Coloca ainda  
93 sobre a falta de participação dos conselheiros nos cursos de capacitação. O conselheiro  
94 **Adilson Castro da 17ª regional de saúde** faz uso da palavra e informa que no tocante a  
95 fala da conselheira Adriana, sobre o Hospital da Zona Norte, o mesmo se encontra em  
96 reforma justamente na área que abrigava o raio-x, e por isso no momento o hospital não  
97 está em condições de realizar este procedimento. **Dr. Adilson** continua e relata que o

98 Hospital da Zona Sul possui no momento, duas salas com aparelhos de raio-x para poder  
99 suprir essa falta no HZN, e que relativo as ambulâncias,o mesmo possui no momento três, e  
100 que ele irá verificar o que está ocorrendo e tentar trazer uma resposta ao conselho na  
101 próxima reunião. **Dr. Adilson** informa ainda que a diretora do hospital da zona norte,  
102 enfermeira Andressa Delfino, deixou a direção do hospital e até a data da reunião o mesmo  
103 se encontra sem diretora geral.Por último, **Dr. Adilson** se desculpa por eventuais falhas que  
104 possam ter ocorrido no caso da paciente relatado pela conselheira Adriana, e que gostaria  
105 de mais informações sobre o mesmo para que possa averiguar o que de fato ocorreu. A  
106 palavra passa a conselheira **Terezinha Pereira da Silva (Mãe Omin)**, que agradece a  
107 secretária executiva do conselho Adriana pelos convites enviados aos conselheiros, e  
108 informa ainda que no ultimo dia 12 de julho ela esteve em uma audiência da rede das  
109 mulheres negras com o secretário de saúde do estado, o Srº Carlos Moreira, na qual foi  
110 discutido o assunto da saúde da população negra, e chegado ao entendimento da  
111 implementação do comitê de saúde da população negra. Diz ainda que irá fazer parte deste  
112 comitê e poderá informar ao conselho do andamento das questões do mesmo. A palavra  
113 passa a **Adriana Ferreira Borges da Costa, nova secretária executiva do conselho**  
114 **municipal de saúde**, que dá boa noite aos presentes, agradece as palavras e diz estar à  
115 disposição de todos. A conselheira Ana Paula Cantelmo Luz informa que a reunião da  
116 comissão de humanização que seria realizada dia 21/07/2010 foi transferida para o dia  
117 28/07/2010, às 14 horas na sala do conselho. A secretária do conselho **Adriana Ferreira**,  
118 passa aos informes dos conselheiros que justificaram a ausência: Antonio Caetano de Paula  
119 (por motivo de viagem); Vera Lucia Marvulle (em férias); Julia Satie Myamoto (sofreu  
120 cirurgia); Mara Rosival Fernandes (viajando a trabalho); Marcos Ratto (viajando a  
121 trabalho); Artemízia Martins (problemas de saúde) e Rosalina Batista (viajando). **Adriana**  
122 informa ainda que o conselho conseguiu uma impressora que já esta em uso e que existe a  
123 possibilidade do conselho receber um aparelho de TV e um de DVD, sendo que na verdade  
124 foi perdido o prazo para se entrar no primeiro grupo que será contemplado com estes  
125 eletrônicos, e que para o conselho ser beneficiado no segundo grupo, é necessário que seja  
126 enviada uma cópia da ata da 203ª reunião ordinária devidamente assinada pelos  
127 conselheiros, **Adriana** relata que trouxe uma cópia da ata a reunião e pede que os  
128 conselheiros possa estar assinando. O presidente do **conselho Edson A. de Souza**, dá as  
129 boas vindas aos visitantes, o Srº Ruarino e as Srªs Marcielli e Lais, servidores integrantes  
130 do INDG, que foi um instituto contratado pelos empresários de Londrina para realizar um  
131 trabalho junto à prefeitura de Londrina. O conselheiro Joel Tadeu coloca que gostaria que  
132 futuramente o trabalho do INDG seja mostrado de forma mais detalhada ao conselho. O  
133 presidente do conselho **Edson A. de Souza** informa que a programação anual de saúde de  
134 2010 foi elaborada pela equipe técnica, baseada nos indicadores pactuados pelo município.  
135 O documento preliminar foi apresentado à comissão executiva do conselho municipal de  
136 saúde, e foi decidido encaminhar o documento aos conselheiros para análise. As duvidas e  
137 sugestões que surgirem deverão ser encaminhadas á Margaret, pelo telefone 3372-4102.  
138 Edson informa também, que será realizada uma audiência pública referente ao segundo  
139 trimestre de 2010, na data de 02/08/2010 às 08:00 horas na Câmara Municipal de Londrina.  
140 **A conselheira Adriana** relata sobre os problemas da dengue na zona leste, onde os agentes  
141 da dengue informaram à conselheira que tem encontrado dificuldade para fazer vistorias em  
142 algumas residências, em virtude de alguns moradores não permitirem a entrada dos agentes  
143 de endemias. **Adriana** coloca sobre a possibilidade de algum tipo de sanção á estas  
144 pessoas. O conselheiro **Elba** relata também ter encontrado problemas de focos de dengue

145 na região leste e que a situação está complicada, necessitando de uma intervenção da  
146 prefeitura. **O presidente do conselho Edson A. de Souza** passa a palavra ao senhor **João**  
147 **Martins, diretor da saúde ambiental** para que o mesmo esclareça as questões referentes a  
148 dengue. **João** inicia dizendo que não é só a região leste que tem problemas com dengue, e  
149 informa que as residências que não estão sendo vistoriadas são chamadas de imóveis  
150 pendentes, e que as equipes retornam a estes imóveis para tentar fazer o trabalho, e nos  
151 casos de moradores que trabalham fora por todo o dia, estão sendo deixados bilhetes aos  
152 moradores para que entrem em contato com a secretaria de saúde e informem um horário  
153 para a vistoria, mesmo que seja sábado ou domingo. **O Sr João** coloca ainda, desconhecer  
154 casos de recusa de moradores, e que deseja saber por escrito da ocorrência dos mesmos,  
155 porque se tal caso acontecer, existem meios de forçar o morador a ceder a inspeção. **O Sr**  
156 **João** informa que cerca de 20% dos imóveis ficam pendentes nas inspeções. **A conselheira**  
157 **Adriana** cita que recebeu uma visita de uma agente da dengue em sua residência, e que a  
158 mesma relatou que houve recusa de moradores em receber a vistoria, e que orientou a  
159 agente de que informasse qual o endereço destas casas, para o caso ser trazido ao conselho.  
160 **O Srº João** responde que irá averiguar o bairro específico, e ver o que está ocorrendo, e  
161 informa que recentemente aconteceu o comitê municipal da dengue, salientando que a  
162 participação dos conselheiros tem sido muito pequena no evento. Ressalta que  
163 provavelmente nos dias 4 e 5 ocorrerá um grande evento de combate a dengue em  
164 Londrina, e que serão convidadas inúmeras entidades da cidade, para que se possa chegar a  
165 uma solução de problemas, entre eles, de como conseguir fazer a vistoria nos 20% de casas  
166 que ficam sem inspeção por estarem fechadas. A palavra passa ao **conselheiro Adilson**  
167 **Castro** que diz colaborar com a fala do **Sr João**, que a informação que o estado possui é de  
168 que a recusa dos moradores á vistoria é muito difícil de ocorrer, e o que ocorre é que os  
169 moradores não estão em casa no horário de trabalho dos agentes, e os números da dengue  
170 na cidade atestam para uma epidemia em pleno inverno e o risco de ocorrerem mortes na  
171 cidade. Castro coloca que a participação do conselho no problema da dengue é muito  
172 importante. O presidente do conselho **Edson A. de Souza**, informa que referente ao evento  
173 anteriormente mencionado pelo **Sr João**, falta definir o local que ocorrerá, e diz que poderá  
174 ocorrer uma epidemia no mês de novembro, se não forem tomadas medidas juntamente á  
175 toda sociedade para amenizar o problema da dengue. Após as manifestações a respeito da  
176 questão da dengue, é passado para o cumprimento do ponto de pauta **3. Prestação de**  
177 **Contas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, referente ao mês de MAIO/2010 e**  
178 **JUNHO/2010. EDSON ANTONIO DE SOUZA**, secretário de Saúde – Presidente do  
179 Conselho Municipal de Saúde, apresenta a Prestação de Contas referente ao mês de  
180 MAIO/2010, explicando as contas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CNPJ:  
181 11.323.261/0001-69. Atenção Básica – Fonte 495. No mês Maio/2010: SUPERAVIT  
182 FINANCEIRO: R\$ 0 . RECEITAS DO MÊS: R\$ 1.815.393,62. DESPESAS  
183 EMPENHADAS: R\$ 2.010.030,09. DEFIVIT/SUPERAVIT: R\$ -194.636,47. SALDO  
184 BANCÁRIO: R\$ 1.737.259,27. PERÌODO – JAN A MAI/10. SUPERAVIT  
185 FINANCEIRO: R\$ 1.681.719,60. RECEITAS DO MÊS: R\$ 8.295.649,90. DESPESAS  
186 EMPENHADAS: R\$ 8.240.110,23. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 1.737.259,27. SALDO  
187 BANCÁRIO: R\$ 0. ATENÇÃO BÁSICA – FONTE 495. DESPESAS POR ELEMENTO –  
188 MAIO/ 10. OBRAS E INSTALAÇÕES: R\$ 1.528,33. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS  
189 PERMANENTE: R\$ 2.727,00. DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL: R\$ 736,00. MATERIAL  
190 DE CONSUMO: R\$ 401.293,34. PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO: R\$  
191 5.135,10. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA: R\$ 8.923,26.

192 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA: R\$ 1.589.564,21.  
193 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS: R\$ 122,85. TOTAL: R\$  
194 2.010.030,09. Média e Alta Complexidade Amb. E Hospit. - FONTE – 496. No Mês  
195 Maio/10. RECEITAS DO MÊS: R\$ 15.540.466,78. DESPESAS EMPENHADAS: R\$  
196 9.809.849,21. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 5.730.617,57. SALDO BANCÁRIO: R\$  
197 17.249.558,52. Período Jan. a Mai/10. SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 1.366.433,65.  
198 RECEITAS DO MÊS: R\$ 62.280.294,28. DESPESAS EMPENHADAS: R\$  
199 46.397.169,41. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 17.249.558,52. SALDO BANCÁRIO: R\$ 0.  
200 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPIT. – FONTE 496.  
201 DESPESAS POR ELEMENTO. MAIO/10. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica:  
202 R\$ 821.364,00. Diárias – Pessoal Civil: R\$ 676,00. Passagens e Despesas com Locomoção:  
203 R\$ 1.762,80. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 8.981.401,96. Outros  
204 Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas: R\$ 4.644,45. TOTAL: R\$ 9.809.849,21. Vigilância  
205 em Saúde. Fonte 497. No Mês MAIO/10. RECEITAS DO MÊS: R\$ 475.461,52.  
206 DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 343.668,38. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 131.793,14.  
207 SALDO BANCÁRIO: R\$ 1.003.119,23. Período JAN A MAI/10. SUPERAVIT  
208 FINANCEIRO: R\$ 464.358,49. RECEITAS DO MÊS: R\$ 1.324.698,37. DESPESAS  
209 EMPENHADAS: R\$ 785.937,63. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 1.003.119,23. SALDO  
210 BANCÁRIO: R\$ 0. VIGILÂNCIA EM SAÚDE – FONTE 497. DESPESAS POR  
211 ELEMENTO. MAIO/10. Diárias – Pessoal Civil: R\$ 2.673,00. Material de Consumo: R\$  
212 1.965,90. Passagens e Despesas com Locomoção: R\$ 750,00. Outros Serviços de Terceiros  
213 – Pessoa Jurídica: R\$ 338.279,48. TOTAL: R\$ 343.668,38. Assistência Farmacêutica –  
214 Fonte 498. No Mês MAIO/10. SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 0. RECEITAS DO MÊS  
215 R\$ 222.942,94. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 231.250,81. DEFICIT/SUPERAVIT R\$ -  
216 8.307,87. SALDO BANCÁRIO: R\$ 1.432.353,90. Período JAN a MAI/10. SUPERAVIT  
217 FINANCEIRO: R\$ 952.555,66. RECEITAS DO MÊS: R\$ 1.062.457,61. DESPESAS  
218 EMPENHADAS: R\$ 582.659,37. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 1.432.353,90. SALDO  
219 BANCÁRIO: R\$ 0. DESPESAS POR ELEMENTO – MAIO/10. MATERIAL DE  
220 DISTRIBUIÇÃO GRATUITA: R\$ 231.250,81. TOTAL: R\$ 231.250,81. GESTÃO DO  
221 SUS – FONTE 499. No Mês MAIO/10. RECEITAS DO MÊS: R\$ 909,64. DESPESAS  
222 EMPENHADAS: R\$ 0,00. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 909,64. SALDO BANCÁRIO: R\$  
223 293.277,20. PERÍODO – JAN A MAI/10. SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 278.972,97.  
224 RECEITAS MÊS: R\$ 14.304,23. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 0,00.  
225 DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 293.277,20. DESPESAS POR ELEMENTO – MAIO/10. Não  
226 houve realização de despesas no período. SERVIÇOS PRESTADOS – SUS – FONTE 369.  
227 NO MÊS – MAIO/10. RECEITAS DO MÊS: R\$ 600.909,49. DESPESAS  
228 EMPENHADAS: R\$ 441.719,23. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 159.190,26. SALDO  
229 BANCÁRIO: R\$ 1.162.985,59. PERÍODO – JAN A MAI/10. SUPERAVIT  
230 FINANCEIRO: R\$ 0,00. RECEITAS DO MÊS: R\$ 2.946.021,44. DESPESAS  
231 EMPENHADAS: R\$ 1.783.035,85. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ 1.162.985,59.  
232 SERVIÇOS PRESTADOS / FATURAMENTO AIH's – FONTE 369. DESPESAS POR  
233 ELEMENTO. Maio/10. Material de Consumo. R\$ 32.196,48. Outros Serviços de Terceiros  
234 – Pessoa Jurídica: R\$ 409.522,75. TOTAL: R\$ 441.719,23. RECURSOS DO TESOURO –  
235 FONTE 001. NO MÊS – MAIO/10. RECEITAS DO MÊS: R\$ 97.076,16. DESPESAS  
236 EMPENHADAS: R\$ 108.650,24. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ -11.574,08. SALDO  
237 BANCÁRIO: R\$ 290.981,58. PERÍODO – JAN A MAI/10. SUPERAVIT /  
238 FINANCEIRO: R\$ 184.932,35. RECEITAS DO MÊS: R\$ 570.351,08. DESPESAS

239 EMPENHADAS: R\$ 464.301,85. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ 290.981,58. DESPESAS  
240 POR ELEMENTO – MAIO/ 10. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: R\$  
241 78.290,22. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil: R\$ 2.898,19. Auxílio-Alimentação:  
242 R\$ 4.778,68. Obrigações Patronais: R\$ 15.000,00. Indenizações e Restituições:  
243 R\$7.683,15. TOTAL: R\$ 108.650,24. RECEITAS VINCULADAS – FONTE 303. NO  
244 MÊS – MAIO/10. RECEITAS DO MÊS: R\$ 7.300.261,29. DESPESAS EMPENHADAS:  
245 R\$ 7.361.152,29. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ -60.891,00. SALDO BANCÁRIO: R\$  
246 2.117.655,45. PERÍODO – JAN A MAI/10. SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 848.828,24.  
247 RECEITAS DO MÊS: R\$ 39.434.718,50. DESPESAS EMPENHADAS: R\$  
248 38.165.891,29. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ 2.117.655,45. RECEITAS VINCULADAS  
249 (EC 29/00) – FONTE 303. DESPESAS POR ELEMENTO – MAIO/10. Obras e  
250 Instalações: R\$ 14.893,07. Salário Família: R\$ 28,43. Vencimentos e Vantagens Fixas –  
251 Pessoal Civil: R\$ 164.956,73. Obrigações Patronais: R\$ 2.804,48. Outras Despesas  
252 Variáveis – Pessoal Civil: R\$ 13.134,12. Auxílio-Alimentação: R\$ 7.130,42. Auxílio-  
253 Transporte: R\$ 850,00. Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado: R\$ 8.893,61.  
254 Obrigações Patronais: R\$ 37.150,00. Salário Família: R\$ 767,61. Vencimentos e Vantagens  
255 Fixas – Pessoal Civil: R\$ 335.159,37. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil: R\$  
256 71.682,28. Auxílio-Alimentação: R\$ 45.316,72. Auxílio-Transporte: R\$ 27.000,00.  
257 Obrigações Patronais: R\$ 78.050,61. Material de Consumo: R\$ 28,00. Salário Família: R\$  
258 113,72. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: R\$ 1.146.736,28. Outras Despesas  
259 Variáveis – Pessoal Civil: R\$ 379.178,97. Auxílio-Alimentação: R\$ 82.643,28. Auxílio-  
260 Transporte: R\$ 800,00. Obrigações Patronais: R\$ 242.000,00. Outros Serviços de Terceiros  
261 – Pessoa Jurídica: R\$ 507.686,00. Salário Família: R\$ 540,17. Vencimentos e Vantagens  
262 Fixas – Pessoal Civil: R\$ 2.497.647,00. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil: R\$  
263 445.997,25. Auxílio-Alimentação: R\$ 211.034,23. Auxílio-Transporte: R\$ 78,00.  
264 Obrigações Patronais: R\$ 436.775,27. Material de Consumo: R\$ 35.145,39. Outros  
265 Serviços de Terceiros – Pessoa Física: R\$ 8.099,23. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa  
266 Jurídica: R\$ 249.085,78. Obrigações Tributárias e Contributivas: R\$ 201,60. Salário  
267 Família: R\$ 56,86. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: R\$ 149.935,22.  
268 Auxílio-Alimentação: R\$ 7.345,19. Obrigações Patronais: R\$ 26.000,00. Vencimentos e  
269 Vantagens Fixas – Pessoal Civil: R\$ 88.977,21. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil:  
270 R\$ 15.135,24. Auxílio-Alimentação: R\$ 5.294,13. Obrigações Patronais: R\$  
271 13.000,00. Sentenças Judiciais: R\$ 726,62. Sentenças Judiciais: R\$ 3.074,206. TOTAL: R\$  
272 7.361.152,29. TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE PPLÍCIA – FONTE 510. NO MÊS –  
273 MAIO/10. RECEITAS DO MÊS: R\$ 481,63. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 28,00.  
274 DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ 453,63. SALDO BANCÁRIO: R\$ 13.481,95. PERÍODO -  
275 JAN A MAI/10. SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 61.795,07. RECEITAS DO MÊS: R\$  
276 2.714,88. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 51.028,00. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$  
277 13.481,95. DESPESAS POR ELEMENTO – MAIO/10. Material de Consumo: R\$ 28,00.  
278 TOTAL: R\$ 28,00. RESUMO DOS CONVÊNIOS E FONTES DE 2007 – SALDO EM  
279 MAIO/2010. FONTES: 310,313, 315, 323,324, 330, 334, 340, 341, 342, 343, 346, 347,  
280 348, 349: SUPERAVIT FINANCEIRO – TOTAL: R\$ 1.683.733,90. RECEITA NO MÊS:  
281 MAIO – TOTAL: R\$ 3.420,06. RECEITA NO PERÍODO JAN A MAIO. TOTAL: R\$  
282 0,00. DESPESA NO MÊS MAIO. TOTAL: R\$ (Fonte 315) 36.093,80. DESPESAS NO  
283 PERÍODO JAN. A MAIO. TOTAL: R\$ (Fonte 315) 36.093,80. DEFICIT SUPERAVIT  
284 NO PERÍODO JAN. A MAIO. TOTAL: R\$ (32.673,74). DEFICIT SUPERAVIT NO  
285 PERÍODO JAN A MAIO. TOTAL: R\$ (36.093,80). SALDO BANCÁRIO 31/05/2010:

286 TOTAL R\$: 1.651.060,16. RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS – MAIO/  
287 2010 – EM R\$. FONTE 001 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA - R\$ 1.179,92. RECEITA  
288 EXTRA R\$ 95.896,24. TOTAL em R\$ 97.076,16. FONTE 303 R\$ 17.653,08. RECEITA  
289 EXTRA R\$ 7.282.608,21 TOTAL em R\$ 7.300.261,29. FONTE 510 RECEITA  
290 ORÇAMENTÁRIA R\$ 481,63. RECEITA EXTRA R\$ 0,00.TOTAL em R\$ 481,63.  
291 TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA R\$ 19.314,63. TOTAL RECEITA EXTRA R\$  
292 7.378.504,45. TOTAL em R\$ 7.397.819,08. RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE  
293 SAÚDE POR ORIGEM – MAIO/2010. UNIÃO (MS) R\$ 17.970.525,85. PERCENTUAL  
294 68,91%. ESTADO (SAMU) R\$ 709.423,47. PERCENTUAL 2,72%. MUNICÍPIO: R\$  
295 7.397.819,086. PERCENTUAL 28,37%. TOTAL: Valores em R\$ 26.077.768,40.  
296 PERCENTUAL 100,00%. **O secretário de saúde Edson A. de Souza** questiona se alguém  
297 tem algum apontamento a fazer referente à apresentação do mês de maio A seguir é  
298 passado para o cumprimento do ponto de pauta 3, **referente ao mês de JUNHO/2010.**  
299 **EDSON ANTONIO DE SOUZA**, secretário de Saúde – Presidente do Conselho  
300 Municipal de Saúde, apresenta a Prestação de Contas referente ao mês de JUNHO/2010,  
301 explicando as contas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CNPJ: 11.323.261/0001-69.  
302 Atenção Básica – Fonte 495. No mês Junho/2010: SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 0 .  
303 RECEITAS DO MÊS: R\$ 2.005.461,65. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 2.318.943,02.  
304 DEFIVIT/SUPERAVIT: R\$ -313.481,37. SALDO BANCÁRIO: R\$ 1.423.777,90. NO  
305 PERÍODO – JAN A JUN/10. SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 1.681.719,60. RECEITAS  
306 DO MÊS: R\$ 10.301.111,55. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 10.559.053,25.  
307 DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 1.423.777,90. SALDO BANCÁRIO: R\$ 0. ATENÇÃO  
308 BÁSICA – FONTE 495. DESPESAS POR ELEMENTO – JUNHO/ 10.  
309 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE: R\$ 4.158,50. DIÁRIAS – PESSOAL  
310 CIVIL: R\$ 1.880,00. MATERIAL DE CONSUMO: R\$ 313.563,86. PASSAGENS E  
311 DESPESAS COM LOCOMOÇÃO: R\$ 5.166,08. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS  
312 – PESSOA FÍSICA: R\$ 9.045,31. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA  
313 JURÍDICA: R\$ 1.985.129,27. TOTAL: R\$ 2.318.943,02. Média e Alta Complexidade  
314 Amb. E Hospit. - FONTE – 496. No Mês Junho/10. RECEITAS DO MÊS: R\$  
315 13.764.183,77. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 21.097.765,30. DEFICIT/SUPERAVIT:  
316 R\$ -7.333.581,53. SALDO BANCÁRIO: R\$ 10.094.577,44. No Período Jan. a Jun/10.  
317 SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 1.366.433,65. RECEITAS DO MÊS: R\$ 76.044.478,05.  
318 DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 67.494.934,71. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$  
319 9.915.976,99. SALDO BANCÁRIO: R\$ 0. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
320 AMBULAT. E HOSPIT. – FONTE 496. DESPESAS POR ELEMENTO. JUNHO/10.  
321 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 547.576,00. Diárias – Pessoal Civil: R\$  
322 368,00. Passagens e Despesas com Locomoção: R\$ 1.271,00.Outros Serviços de Terceiros  
323 – Pessoa Jurídica: R\$ 20.546.803,40. Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas: R\$  
324 1.746,90. TOTAL: R\$ 21.097.765,30.Vigilância em Saúde. Fonte 497. No Mês  
325 JUNHO/10. RECEITAS DO MÊS: R\$ 3.483,11. DESPESAS EMPENHADAS: R\$  
326 128.363,32. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ -124.880,21. SALDO BANCÁRIO: R\$  
327 878.949,02. No Período JAN A JUN/10. SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 464.358,49.  
328 RECEITAS DO MÊS: R\$ 1.328.181,48. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 914.300,95.  
329 DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 878.239,02. SALDO BANCÁRIO: R\$ 0. VIGILÂNCIA EM  
330 SAÚDE – FONTE 497. DESPESAS POR ELEMENTO. JUNHO/10. Passagens e  
331 Despesas Com Locomoção: R\$ 495,00. Diárias – Pessoal Civil: R\$ 3.179,00. Material de  
332 Consumo: R\$ 50,00.Passagens e Despesas com Locomoção: R\$ 8.459,00. Outros Serviços

333 de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 116.180,32. TOTAL: R\$ 128.363,32. Assistência  
334 Farmacêutica – Fonte 498. No Mês JUNHO/10. SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 0.  
335 RECEITAS DO MÊS R\$ 223.882,37. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 38.890,04.  
336 DEFICIT/SUPERAVIT R\$ 184.992,33. SALDO BANCÁRIO: R\$ 1.617.346,23. No  
337 Período JAN a JUN/10. SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 952.555,66. RECEITAS DO  
338 MÊS: R\$ 1.286.339,98. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 621.549,41.  
339 DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 1.617.346,23. SALDO BANCÁRIO: R\$ 0. DESPESAS POR  
340 ELEMENTO – JUNHO/10. MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA: R\$  
341 38.890,04. TOTAL: R\$ 38.890,04. GESTÃO DO SUS – FONTE 499. No Mês JUNHO/10.  
342 RECEITAS DO MÊS: R\$ 1.083,61. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 237,60.  
343 DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 846,01. SALDO BANCÁRIO: R\$ 294.123,21 NO PERÍODO  
344 – JAN A JUN/10. SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 278.972,97. RECEITAS MÊS: R\$  
345 15.387,84. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 237,60. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$  
346 294.123,21. DESPESAS POR ELEMENTO – JUNHO/10. Outros Serviços de Terceiros –  
347 Pessoa Jurídica: R\$ 237,60. TOTAL: R\$ 237,60. SERVIÇOS PRESTADOS – SUS –  
348 FONTE 369. NO MÊS – JUNHO/10. RECEITAS DO MÊS: R\$ 687.698,23. DESPESAS  
349 EMPENHADAS: R\$ 540.075,96. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 147.622,27. SALDO  
350 BANCÁRIO: R\$ 1.310.607,86. NO PERÍODO – JAN A JUN/10. SUPERAVIT  
351 FINANCEIRO: R\$ 0,00. RECEITAS DO MÊS: R\$ 3.633.719,67. DESPESAS  
352 EMPENHADAS: R\$ 2.323.111,81. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ 1.310.607,86.  
353 SERVIÇOS PRESTADOS / FATURAMENTO AIH's – FONTE 369. DESPESAS POR  
354 ELEMENTO. JUNHO/10. Material de Consumo. R\$ 56.931,06. Outros Serviços de  
355 Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 483.144,90. TOTAL: R\$ 540.075,96. RECURSOS DO  
356 TESOIRO – FONTE 001. NO MÊS – JUNHO/10. RECEITAS DO MÊS: R\$ 1.297,23.  
357 DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 132.685,60. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ -131.388,37.  
358 SALDO BANCÁRIO: R\$ 170.841,18. NO PERÍODO – JAN A JUN/10. SUPERAVIT /  
359 FINANCEIRO: R\$ 184.932,35. RECEITAS DO MÊS: R\$ 582.896,28. DESPESAS  
360 EMPENHADAS: R\$ 596.987,45. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ 170.841,18. DESPESAS  
361 POR ELEMENTO – JUNHO/ 10. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: R\$  
362 102.990,61. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil: R\$ 1.658,49. Auxílio-Alimentação:  
363 R\$ 5.004,19. Auxílio-Transporte: R\$ 98,70. Obrigações Patronais: R\$ 15.212,61.  
364 Indenizações e Restituições: R\$ 7.721,00. TOTAL: R\$ 132.685,60. RECEITAS  
365 VINCULADAS – FONTE 303. NO MÊS – JUNHO/10. RECEITAS DO MÊS: R\$  
366 10.292.103,20. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 8.893.440,80. DEFICIT / SUPERAVIT:  
367 R\$ 1.398.662,40. SALDO BANCÁRIO: R\$ 3.516.317,85. NO PERÍODO – JAN A  
368 JUN/10. SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 848.828,24. RECEITAS DO MÊS: R\$  
369 49.726.821,70. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 47.059.332,09. DEFICIT / SUPERAVIT:  
370 R\$ 3.516.317,85. RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00) – FONTE 303. DESPESAS  
371 POR ELEMENTO – JUNHO/10. Salário Família: R\$ 28,43. Vencimentos e Vantagens  
372 Fixas – Pessoal Civil: R\$ 186.500,86. Obrigações Patronais: R\$ 1.233,16. Outras Despesas  
373 Variáveis – Pessoal Civil: R\$ 9.586,48. Auxílio-Alimentação: R\$ 7.194,85. Auxílio-  
374 Transporte: R\$ 1.700,00. Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado: R\$ 8.893,61.  
375 Obrigações Patronais: R\$ 20.417,17. Salário Família: R\$ 682,32. Vencimentos e Vantagens  
376 Fixas – Pessoal Civil: R\$ 485.949,55. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil: R\$  
377 65.010,00. Auxílio-Alimentação: R\$ 45.327,46. Auxílio-Transporte: R\$ 27.000,00.  
378 Obrigações Patronais: R\$ 65.927,97. Salário Família: R\$ 113,72. Vencimentos e Vantagens  
379 Fixas – Pessoal Civil: R\$ 1.501.671,64. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil: R\$

380 388.538,24. Auxílio-Alimentação: R\$ 82.643,28. Auxílio-Transporte: R\$ 1.700,00.  
381 Obrigações Patronais: R\$ 191.849,95. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$  
382 68.360,18. Passagens e Despesas com Locomoção: R\$ 73,69. Outros Serviços de Terceiros  
383 – Pessoa Jurídica: R\$ 358.673,20. Salário Família: R\$ 1.307,78. Vencimentos e Vantagens  
384 Fixas – Pessoal Civil: R\$ 3.422.373,92. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil: R\$  
385 344.596,51. Auxílio-Alimentação: R\$ 211.979,83. Auxílio-Transporte: R\$ 75,00.  
386 Obrigações Patronais: R\$ 482.839,77. Material de Consumo: R\$ 110,40. Outros Serviços  
387 de Terceiros – Pessoa Física: R\$ 7.705,85. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica:  
388 R\$ 515.349,17. Obrigações Tributárias e Contributivas: R\$ 201,60. Salário Família: R\$  
389 56,86. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: R\$ 203.920,62. Auxílio-  
390 Alimentação: R\$ 7.506,27. Auxílio Transporte: R\$ 80,00. Obrigações Patronais: R\$  
391 31.230,18. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: R\$ 119.225,31. Auxílio-  
392 Alimentação: R\$ 5.294,13. Obrigações Patronais: R\$ 17.436,93. Sentenças Judiciais: R\$  
393 3.074,20. TOTAL: R\$ 8.893.440,80. TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA –  
394 FONTE 510. NO MÊS – JUNHO/10. NO MÊS – JUNHO/10. RECEITAS DO MÊS: R\$  
395 926.919,07. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 204.240,64. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$  
396 722.678,43. SALDO BANCÁRIO: R\$ 736.160,38. NO PERÍODO - JAN A JUN/10.  
397 SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 61.795,07. RECEITAS DO MÊS: R\$ 929.633,95.  
398 DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 255.268,64. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ 736.160,38.  
399 DESPESAS POR ELEMENTO – JUN/10. Passagens e Despesas com Locomoção: R\$  
400 5,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 204.235,64. TOTAL: R\$  
401 204.240,64. RESUMO DOS CONVÊNIOS E FONTES DE 2007 – SALDO EM  
402 JUNHO/2010. FONTES: 310,313, 315, 323,324, 330, 334, 340, 341, 342, 343, 346, 347,  
403 348, 349: SUPERAVIT FINANCEIRO – TOTAL: R\$ 1.683.733,90. RECEITA NO MÊS:  
404 JUNHO – TOTAL: R\$ 6.277,49. RECEITA NO PERÍODO JAN A JUNHO. TOTAL: R\$  
405 3.420,06. DESPESA NO MÊS JUNHO. TOTAL: R\$ 0,00. DESPESAS NO PERÍODO  
406 JAN. A JUNHO. TOTAL: R\$ (Fonte 315) 36.093,80. DEFICIT SUPERAVIT NO  
407 PERÍODO JAN. A JUNHO. TOTAL: R\$ 6.277,49. DEFICIT SUPERAVIT NO PERÍODO  
408 JAN A JUNHO. TOTAL: R\$ (32.673,74). SALDO BANCÁRIO 31/06/2010: TOTAL R\$:  
409 1.657.337,65. RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS – JUNHO/ 2010 – EM  
410 R\$. FONTE 001 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA - R\$ 1.297,23. RECEITA EXTRA R\$  
411 0,00. TOTAL em R\$ 1.297,23. FONTE 303 RECEITA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 18.289,39.  
412 RECEITA EXTRA R\$ 10.219.709,81. TOTAL em R\$ 10.237.999,20. FONTE 510  
413 RECEITA ORÇAMENTÁRIA R\$ 3.003,96. TOTAL RECEITA EXTRA R\$  
414 923.015,11.TOTAL em R\$ 926.919,07. TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA R\$  
415 22.590,58. TOTAL RECEITA EXTRA R\$ 11.143.624,92. TOTAL em R\$ 11.166.215,50.  
416 RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR ORIGEM – JUNHO/2010.  
417 UNIÃO (MS) R\$ 16.273.974,47. PERCENTUAL 59,91%. ESTADO (SAMU) R\$  
418 21.777,00. PERCENTUAL 0,08%. MUNICÍPIO: R\$ 11.166.215,50. PERCENTUAL  
419 40,01%. TOTAL: Valores em R\$ 27.911.966,97. PERCENTUAL 100,00%. **O secretário**  
420 **de saúde Edson A.de Souza** encerra a apresentação da prestação de contas e abre espaço  
421 para esclarecimentos e questionamentos. O conselheiro **Adilson castro** se manifesta  
422 primeiramente, e inicia dizendo que a apresentação foi clara, mas gostaria de que o repasse  
423 do estado que é feito para Londrina fosse colocado na apresentação da prestação de contas  
424 ao conselho, pedido este que já foi feito anteriormente. **O secretário de saúde Edson A de**  
425 **Souza** se desculpa pela não inclusão dos dados referentes ao estado e se compromete a  
426 corrigir para a próxima prestação. O conselheiro **Fahd Haddad** faz uso da palavra e

427 pergunta a respeito do total que foi apresentado referente ao mês de junho, quanto está  
428 empenhado, quanto existe efetivamente de sobra, principalmente relativo a média e alta  
429 complexidade e o quanto existe para ser pago. Em resposta ao questionamento do Drº Fahd,  
430 **o diretor financeiro da autarquia municipal de saúde Rogélio**, esclarece que os números  
431 não são estáticos, pois ocorrem pagamentos diariamente, e a posição que o secretário  
432 apresentou se referia ao mês de junho, não sendo possível precisar a situação atual  
433 prontamente. O senhor Fahd pergunta se todo o mês de junho está sendo pago com o  
434 recurso apresentado. O secretário de saúde Edson coloca que existe um déficit de um mês.  
435 **O conselheiro Manoel Rodrigues do Amaral** representante do segmento dos usuários,  
436 pergunta ao secretário de saúde **Edson A de Souza**, quanto vai custar à transferência dos  
437 medicamentos do estado para o município e quanto vai ser retirado do fundo municipal para  
438 cobrir as despesas. **Edson** responde ao **Sr Manoel**, que está sendo locado um prédio na rua  
439 Maranhão, que o mesmo já foi avaliado e aguarda um parecer do jurídico. Coloca ainda que  
440 o aluguel custará aos cofres cerca de R\$12.500,00, e o prédio será dividido em duas partes.  
441 Na parte de cima será instalada a farmácia popular e na parte de baixo será colocada à  
442 farmácia municipal, que atualmente funciona na vila da saúde. **Edson** esclarece que a  
443 farmácia popular será paga com o recurso da união e a farmácia municipal com recurso do  
444 município. **Edson**, em resposta ao senhor Manoel, diz que em relação ao estado, ainda não  
445 há o levantamento da demanda exata que o município terá com os medicamentos, sendo  
446 que o estado aumentou o repasse ao município. Edson ressalta que o município ainda não  
447 possui um primeiro mês de compra destes medicamentos, para que se tenha uma amostra  
448 dos custos, estando em fase licitatória. **O conselheiro Adilson Castro** faz uso da palavra e  
449 diz se colocar a disposição do conselho, se o mesmo assim desejar, em realizar uma  
450 apresentação a respeito das portarias do ministério da saúde na próxima reunião do  
451 conselho, sobre a distribuição de competências entre União, Estado e município na questão  
452 do fornecimento de medicamentos pelo SUS. **O presidente do conselho Edson A de**  
453 **Souza**, após a constatação de que não havia mais apontamentos por parte do conselho,  
454 propõe a votação da aprovação da prestação de contas referente aos meses de maio e junho  
455 de 2010, sendo as prestações dos dois meses, aprovadas sem ressalva por todos os  
456 conselheiros presentes. **Edson** esclarece que a solicitação da lista nominal para a aprovação  
457 feita anteriormente não pode ser atendida, pois a nova secretária do conselho Adriana não  
458 tinha conhecimento do pedido. O secretário de saúde chega ao ponto de pauta seguinte: **04.**  
459 **Encaminhamentos dados pelo Gestor da Autarquia Municipal de Saúde frente aos Termos de**  
460 **Parceria CIAP/A.M.S.**, que será apresentado pelo **Diretor Superintendente da Autarquia**  
461 **Municipal de Saúde, Edson Antonio de Souza**, que inicia dizendo sobre a questão do CIAP.  
462 **Edson** coloca que o município em um primeiro momento se resguardou, já que todo processo corre  
463 em segredo de justiça, e as informações, eram as divulgadas pela imprensa, e que o procurador  
464 anterior, o Drº Gabriel, questionou junto à justiça os documentos do CIAP que estavam em segredo  
465 de justiça, e assim se pode obter algumas informações que também são sigilosas em nível de  
466 município sobre as irregularidades encontradas pelo ministério público e polícia federal em relação a  
467 administração CIAP. **Edson** continua a explanação dizendo que houve uma orientação da  
468 procuradoria de que o município deve romper o contrato com o CIAP, e após isto, foi chamada a  
469 direção do CIAP para uma reunião na autarquia municipal de saúde onde foi cobrado dos mesmos  
470 certos procedimentos, como: Abertura de conta corrente do CIAP separada para cada programa  
471 (SAMU, POLICLINICA, PSF), procedimento orientado pelo MP e departamento jurídico e que foi  
472 atendido pelo CIAP. **Edson** explica que a partir de julho o pagamento foi feito desta maneira. Foi  
473 orientado solicitar também, segundo **Edson**, que o CIAP fizesse uma prestação de contas mensal, e  
474 o município então oficiou o CIAP para fazer uma prestação de contas de todo período do contrato

475 mês a mês, com as respectivas comprovações. **Edson** informa que o CIAP encaminhou os anos de  
476 2008 e 2009, mas sem as comprovações das despesas realizadas, e o município já notificou a  
477 OSCIP para que providencie os documentos comprobatórios de gastos e despesas, e que a mesma  
478 pediu um prazo de um mês para poder apresentar o ano de 2010, já que a apreensão de seus  
479 equipamentos pela polícia federal dificulta a coleta dos dados, além de seu contador estar detido. O  
480 CIAP alegou ainda, que contratou uma consultoria contábil para fazer a prestação de contas do  
481 período de 2010, e o município está então aguardando o prazo de 30 dias para entrega desta  
482 documentação. **Edson** continua e relata que na reunião com o CIAP já mencionada, a advogada da  
483 entidade foi informada que o município irá notificar o CIAP do rompimento do contrato, e que a  
484 mesma disse sentir muito pela situação e esperar que o município possa rever sua posição. **Edson**  
485 coloca que é uma posição já tomada pelo prefeito e que está mantida; explica que o rompimento  
486 ainda não foi feito, porque está sendo estudada internamente, qual será a melhor maneira de se  
487 proceder este desligamento. Está sendo trabalhado com duas alternativas: a primeira se realizar  
488 novamente um concurso de projetos, mas de maneira mais ampla e não contemplando somente  
489 oscips, bastando provar que tem condições de administrar o serviço, não tenha fins lucrativos, seja  
490 da área da saúde, sendo que todos os requisitos constarão no edital. **O secretário de saúde** continua  
491 e diz que um segundo alternativo é ser criado o chamado emprego público, porém, ocorre a  
492 agravante de a lei que criou esta modalidade de emprego público estar sofrendo uma ADIN (ação  
493 direta de inconstitucionalidade) desde 2005, e que ainda não foi julgada. **Edson** explica que para  
494 contratar desta maneira, é necessário criar na câmara uma lei autorizando a criação do emprego  
495 público, mas alguns juristas entendem que esta lei não pode ser criada desde 2005, ano em que foi  
496 proposta a ADIN. No entanto **Edson** coloca que esteve no tribunal de contas há 15 dias, e trouxe  
497 dois acórdãos em que o tribunal diz que o mérito da ação ( que no caso é a criação do emprego  
498 público) não está sendo questionado na ADIN. O secretário cita ainda que se reuniu por duas vezes  
499 com o ministério público federal, primeiramente acompanhado pelo antigo procurador do município  
500 Gabriel, onde conversaram com o procurador federal e apresentaram a possibilidade da criação do  
501 emprego público. **Edson** coloca que o procurador federal pediu um tempo para estudar o caso por se  
502 tratar de um assunto novo, a partir deste momento foi agendada uma nova reunião com o  
503 procurador federal, onde também participou o ministério público do trabalho, na qual o secretário  
504 de saúde compareceu acompanhado do Drº Paulo. Após as discussões a respeito do assunto, foi feita  
505 uma ata que por enquanto é mantida em sigilo á pedido do promotor, sobre qual é o entendimento  
506 do ministério público federal e ministério do trabalho em relação ao emprego público. **Edson** relata  
507 que o atual procurador do município fez uma pesquisa na Internet, onde encontrou artigos que  
508 corroboravam com a não possibilidade da criação do emprego público. **Edson** coloca que combinou  
509 com o procurador do município de se reunir com o Renato e tomar conhecimento de qual é a  
510 posição do ministério público estadual, pois o município não quer correr o risco de criar através da  
511 câmara o emprego público, a lei ter aprovação, ser feito o concurso e posteriormente um procurador  
512 propor uma ADIN, já que se a ação for julgada procedente, existe a possibilidade de ser extinto o  
513 emprego público e os servidores contratados neste regime se tornarem estatutários. **Edson** continua  
514 e explica que na alternativa do emprego público os trabalhadores são contratados sob o regime da  
515 CLT, por prazo indeterminado, onde estes servidores trabalharão para o serviço público enquanto o  
516 programa do qual fazem parte existir. O secretário fala que estas duas alternativas são as que estão  
517 sendo estudadas, mas não há ma definição, e com relação ao prazo, foi feita uma reunião de  
518 esclarecimentos com os ACSs e ACEs, já que estão ocorrendo muitos boatos sobre  
519 demissões. **Edson** coloca que na reunião, os trabalhadores fizeram alguns questionamentos, entre  
520 eles da falta do depósito de FGTS, onde o secretário respondeu que esta ocorrendo um problema, já  
521 que para fazer o pagamento do CIAP todos os meses, no dia do pagamento o diretor financeiro  
522 Rogélio entra na Internet e extrai a certidões negativas do CIAP referente ao INSS e FGTS, e se no  
523 site da caixa a situação esta regular, como não está ocorrendo o depósito. **Edson** diz ter se  
524 comprometido com os trabalhadores a procurar o gerente da caixa econômica federal da prefeitura e  
525 questionar o problema relatado pelos trabalhadores, já que quando da reunião com os mesmos,

526 surgiu a discussão de que como o CIAP possui muitas empresas ele pode usar CNPJS diferentes  
527 para contratar os funcionários, recolhendo por exemplo FGTS no primeiro e não recolhendo no  
528 segundo, e o município acaba consultando as certidões negativas apenas pelo CNPJ do primeiro que  
529 o que o CIAP forneceu, por isso o município não esta encontrando irregularidades. **Edson** explica que  
530 foi realizada uma consulta no momento da reunião, onde foi pego o CNPJ da nota emitida e retirada  
531 à certidão negativa, e um participante prontamente se dispôs a acessar o site e verificar o extrato do  
532 seu FGTS, sendo que coincidentemente o CNPJ era o mesmo da consulta anterior, mas não estava  
533 com os depósitos de maneira regular; esclarece que conversou posteriormente com o gerente da  
534 caixa, contou sobre o caso, mas nem mesmo o gerente conseguiu explicar, se comprometendo a  
535 entrar em contato com a regional da caixa e passar uma resposta ao secretario. **Edson** questionou  
536 com o gerente da caixa se a mesma não demora em fazer a atualização dos depósitos, onde a  
537 resposta foi negativa; relata que também se comprometeu com os colaboradores em enviar um  
538 pedido de comprovação do recolhimento do FGTS ao CIAP. O atraso no ultimo pagamento se deveu  
539 ao fato de que o CIAP entregou a nota para o município um dia antes do quinto dia útil, o que  
540 atrasou todo procedimento que é realizado mensalmente e viabiliza o pagamento. **Edson** continua e  
541 diz que foram recebidas algumas denuncias de que não havia sido feito o pagamento das férias de  
542 alguns funcionários, e foi entrado em contato com a Dr<sup>a</sup> Maria Lucia e questionado o porque desta  
543 situação, onde a mesma respondeu que ocorreu um problema de arquivos que foram encaminhados  
544 para o banco, por isso algumas pessoas não receberam as férias na data devida, mas que a situação  
545 estaria sendo regularizada em uma semana. **Edson** relata que hoje recebeu denuncias via imprensa  
546 sobre atrasos no pagamento das férias, e ligou novamente para a Dr<sup>a</sup> Maria Lucia que lhe falou que  
547 faltavam 10 pessoas para regularizar a situação e seria feito neste mesmo dia. **Edson** ressalta que na  
548 reunião com os trabalhadores, os ACSs se queixaram de sua situação com o CIAP, onde o secretario  
549 lhes informou que estava fazendo tudo que a autarquia pode para resolver a situação, não podendo  
550 ir alem de seus limites. **O secretario** informou que pediu um prazo de 90 a 12<sup>a</sup> dias ao MP para  
551 estar rompendo o contrato com o CIAP, porque isto não pode ser feito prontamente, e que será  
552 decidido nesta semana juntamente com o Dr<sup>o</sup> Demetrios, novo procurador do município, a nova  
553 forma de contratação. Se for optado pelo concurso de projetos será respeitado todo o processo  
554 licitatórios que tem sua morosidade característica e espera da baixa na carteira do funcionário pelo  
555 CIAP para depois ser contratado pela empresa vencedora da licitação, e se for optado pelo emprego  
556 publico, os aprovados no concurso também necessitarão de baixa na carteira pelo CIAP, para depois  
557 serem contratados diretamente pela prefeitura. **Edson** explica que nas duas hipóteses, a contratação  
558 será feita em grupos, para que o serviço não seja prejudicado. **O secretario de saúde Edson**  
559 finaliza os esclarecimentos sobre o CIAP, e passa para as perguntas a respeito do assunto. **O**  
560 **conselheiro Adilson Castro** pergunta ao secretario se o emprego público é referente à empresa  
561 publica de direito privado. **O secretario de saúde** responde a que será encaminhada a câmara um  
562 projeto de lei para se criar no município o emprego publico CLT, e será mandado um projeto de lei  
563 para cada programa. **O conselheiro Joel Tadeu** faz uso da palavra, e inicia dizendo que o ponto de  
564 pauta em questão foi um pedido seu, e que na verdade não era bem o que está no ponto de pauta  
565 numero quatro o seu pedido, e sim os encaminhamentos dados para a transição do rompimento. **Joel**  
566 **Tadeu** coloca que tem conhecimento da modalidade emprego público, mas como conselheiro e  
567 pessoa publica é totalmente contra esta contratação, porque corre o risco de um trabalhador ir a  
568 justiça do trabalho e conseguir o vinculo. **Joel Tadeu** esclarece que o conselho quer participar  
569 destas discussões, da modalidade emprego público, do concurso de projetos, que é uma modalidade  
570 de licitação, que se for bem elaborado e colocado alguns impedimentos não aparecerão  
571 agrupamentos profissionais no assunto. **Joel** coloca que não somente ele, mais também outras  
572 pessoas, receberam a informação de que o HU/TEC estaria assumindo, mas independentemente da  
573 forma de contratação, os funcionários e usuários não podem ser prejudicados, e o conselho tem de  
574 participar para poder exercer seu controle social e poder dar seu aval. **O secretário de saúde Edson**  
575 **A. de Souza** responde que não existe nada acertado com o HUTEK e não foi feita reunião com  
576 entidade alguma, pois não se firma parceria sem o processo licitatório, e se for feito concurso de

577 projetos o ganhador sairá através do devido processo legal. A palavra passa ao conselheiro **Adilson**  
578 **Castro**, que inicia dizendo que no seu pedido de esclarecimento anteriormente feito, a questão era  
579 essencialmente sobre a fundação estatal de direito privado, assunto que teve discussões das quais  
580 ele participou há algum tempo atrás, e que no Rio Grande do Sul, o Grupo Conceição utiliza este  
581 processo para contratação de servidores, sendo este modo de contratação uma questão muito  
582 discutida. **Dr Adilson Castro** diz que se for se utilizar à fundação estatal de direito privado, deve  
583 ser feito um estudo aprofundado sobre o tema, e por instituições competentes, pois a situação pode-  
584 se tornar um problema de difícil resolução. A conselheira **Maria Osvaldina** toma posse da palavra,  
585 e pergunta ao secretário de saúde, como ficará a situação dos agentes de endemias que tiveram o  
586 término do período de contrato, já que são contratados pelo CIAP, através de recurso do governo  
587 federal. **O secretário de saúde Edson A. de Souza**, em resposta à questão levantada pela  
588 conselheira Maria Osvaldina, coloca que o contrato do município com o CIAP ainda não terminou,  
589 e se o desligamento destes agentes com o CIAP ocorreu foi por demissão, sendo que isto não é  
590 realizado sem a devida autorização da secretaria de saúde. Edson explica ainda que em relação aos  
591 pagamentos, o recurso vem realmente do governo federal, entrando no fundo municipal e sendo  
592 repassados ao CIAP, que posteriormente realiza o pagamento ao funcionário, e a informação de que  
593 o contrato de determinado funcionário está vencido não procede. **A palavra é transferida ao**  
594 **conselheiro Manoel Rodrigues do Amaral** que coloca que gostaria de saber qual a situação atual  
595 do contrato do HU/TEC que gerencia o NASF e com relação ao que foi dito na reunião anterior  
596 sobre a não participação do CIAP em uma nova licitação, existe ou não a possibilidade do CIAP  
597 entrar na justiça para impugnar a escolha da nova empresa. **O secretário de saúde Edson A. de**  
598 **Souza** responde que não é a secretaria de saúde que irá colocar o CIAP em uma nova licitação ou  
599 impedi-lo de participar, pois se for aberto o processo licitatório, será declarada vencedora aquela  
600 entidade que estiver legalmente apta, apresentar documentação necessária, o melhor preço e o  
601 melhor projeto, podendo ser o CIAP se preencher os requisitos exigidos na data da licitação. A  
602 conselheira **Adriana Xavier Dorta** comenta que não obstante o CIAP apresente o melhor projeto,  
603 documentação, irá depender da análise e votação de uma comissão. Em resposta ao colocado pela  
604 conselheira **Adriana**, **o secretário de saúde Edson** esclarece que em processo de licitação não  
605 existe votação, e sim a análise do melhor preço e do melhor projeto para em seguida ser declarado o  
606 vencedor. Edson coloca ainda que o projeto é elaborado pelo município, e contempla as exigências  
607 mínimas para a melhor execução do PSF, e se ocorrer a abertura de licitação, os concorrentes  
608 deverão atender o mínimo exigido no projeto do município e tentar melhorar o mesmo, sendo que,  
609 aquele que apresentar o melhor projeto após a análise de uma comissão (formada por servidores da  
610 autarquia municipal de saúde) será declarado vencedor. **A conselheira Adriana** diz que como  
611 existe esta comissão para analisar os projetos, pode-se não aceitar o do CIAP se ele for concorrente,  
612 devendo o município ser cuidadoso na escolha do vencedor de uma possível licitação. **Edson**  
613 esclarece que o município não pode ser tendencioso na escolha. **A conselheira Adriana** ressalta  
614 que nem sempre o melhor projeto significa o melhor no andamento do serviço. **Edson** afirma que a  
615 cobrança na execução do serviço compete ao município, e que a entidade vencedora deve cumprir a  
616 risca o que estava no projeto. **A conselheira Adriana** diz que se for aberta nova licitação o CIAP  
617 irá participar. **O secretário de saúde Edson A. de Souza** diz acreditar que rompendo-se o contrato  
618 com o CIAP, os motivos deste rompimento, serão suficientes para que a oscip não participe de uma  
619 nova licitação. Em resposta a pergunta do **conselheiro Manoel Rodrigues do Amaral** sobre o  
620 NASF, **Edson** diz que o projeto do mesmo está na secretaria municipal de gestão pública, e que  
621 hoje é repassado R\$ 200.000.00 (duzentos mil reais) ao HUTEK, que é o valor recebido pelo  
622 município do governo federal, e no novo projeto o custo será de R\$ 213.000.00 (duzentos e treze  
623 mil reais), sendo que esta majoração de treze mil reais será custeada pelo município e estará na  
624 licitação. **Edson** exprime que caso tenha êxito o emprego público, o NASF também será  
625 contemplado por esta modalidade. **O conselheiro Joel Tadeu** faz uso da palavra, e diz que o Jornal  
626 de Londrina, iniciou a publicação de uma série de reportagens com base em informações da  
627 secretaria de saúde. Joel coloca que a reportagem continha algumas coisas que não são a realidade,

628 que ela fala de aditivos e que depõe contra muitos gestores. **Joel Tadeu** continua sua fala e cita o  
629 caso da POLICLÍNICAS, que hoje está sendo tocada porque teve um concurso de projetos, e por  
630 isso gostaria de esclarecer para todos e principalmente a **conselheira Gioconda** que lhe trouxe um  
631 documento importantíssimo, de que ocorreu um concurso de projetos, onde participaram dois  
632 funcionários da secretaria com cargos de direção, e os conselheiros Joel Tadeu e Marcos Ratto.,**Joel**  
633 afirma que os citados anteriormente trabalharam exaustivamente neste concurso de projetos, onde  
634 disparadamente o projeto apresentado pelo CIAP era o melhor, e acabou assim eleito, não obstante  
635 a pontuação obtida não ser tão expressiva. **Joel** explica que a análise dos projetos é feita em fases.  
636 Na primeira os projetos são analisados sem o conhecimento de quem são as entidades, na segunda  
637 os trabalhos são feitos com base no projeto do DAS. Na terceira fase que é a documental, havia um  
638 problema, e **Joel** diz que na ocasião, juntamente com os outros três integrantes desta comissão,  
639 achou melhor não deliberarem, sem antes pedir uma assessoria jurídica da procuradoria. **Joel** coloca  
640 que da sua parte ele achava que a resposta da procuradoria seria negativa, o que acabou não  
641 acontecendo. Então o parecer jurídico foi de que o melhor projeto fosse declarado vencedor, o que  
642 acabou ocorrendo e o CIAP então assumiu. **Joel** diz que se no edital de licitação for colocada  
643 algumas exigências, pode-se evitar muitos problemas futuros com entidades aproveitadoras. O  
644 **secretário de saúde Edson A de Souza** esclarece que no tocante as reportagens do Jornal de  
645 Londrina, as informações mais técnicas divulgadas pelo jornal, são realmente repassadas pela  
646 própria secretaria de saúde como o numero de servidores do CIAP. O **conselheiro Joel Tadeu** faz  
647 uma intervenção na fala do secretário de saúde, e esclarece que tudo que for informação sigilosa, o  
648 conselho não estará pedindo, e que o mesmo deseja saber o que lhe compete enquanto instrumento  
649 de controle social.O **secretário de saúde Edson A de Souza** continua sua fala anterior dizendo que  
650 em relação aos contratos onde são elencados os aditivos, estes aditivos de valores ocorrem por dois  
651 motivos: O 1º é a data base da categoria, é feito o reajuste do salário da data base e posteriormente  
652 isto tem reflexo no contrato, logo é necessário se fazer um termo aditivo para poder se equacionar.  
653 Outro termo aditivo que é feito ocorre quando há uma prorrogação. **Edson** coloca que todos os  
654 termos aditivos têm parecer da procuradoria jurídica do município. A palavra passa a **conselheira**  
655 **Ana Paula** onde coloca que em relação a toda esta preocupação de uma nova licitação, da  
656 participação do CIAP na mesma e acabar ocorrendo indefinições é uma possibilidade concreta. Ana  
657 Paula questiona se não existe a possibilidade do município e a procuradoria declararem um  
658 determinado fornecedor inedôneo para participar de uma licitação, no caso a oscip CIAP. O  
659 **secretário de saúde Edson A de Souza** explica que é de competência da justiça julgar o CIAP  
660 culpado ou não, e que o município pode tornar uma entidade inelegível, mas é necessária uma  
661 motivação legal. **Edson** coloca que se o município for contratar através de emprego publico ele  
662 pode romper o contrato com o CIAP para poder contratar diretamente. Já se for aberto um novo  
663 concurso de projetos, será necessário para o rompimento, enumerar os motivos que levaram ao  
664 mesmo, os quais ele secretário acredita que serão suficientes para tornar a entidade inelegível.  
665 **Edson** cita ainda que existe uma forte possibilidade, de que após a apresentação dos motivos de  
666 rompimento por parte do município, o CIAP entre na justiça com um mandado de segurança, e se o  
667 mesmo prosperar, o município não poder romper o contrato. Não tendo ocorrido mais  
668 manifestações a respeito do ponto de pauta sobre o CIAP, o **presidente do conselho Edson A. de**  
669 **Souza** dá seguimento à reunião e passa ao último ponto de pauta da noite: **05. Estabelecimento de**  
670 **ações para vigilância dos prédios das Unidades Básicas de Saúde da Autarquia Municipal de**  
671 **Saúde, Gerente de Vigilância Patrimonial, Zilá Avanço Rosseto e Diretora de Ações em**  
672 **Saúde. A diretora da DAS Bruna Rocha Petrillo**, dá boa noite a todos, e explica que foi  
673 encaminhada uma notificação ao conselho, informando a ocorrência de algumas situações relativas  
674 ao patrimônio do município no tocante a destruição de seus prédios. **Bruna** cita o caso onde foi  
675 colocado fogo na construção que abriga o compressor responsável pelo funcionamento do  
676 equipamento de odontologia, e que acontecimentos desta natureza podem levar a paralisação do  
677 atendimento em uma clinica odontológica, e que ainda a tem ocorrido quebra de vidros, assaltos e  
678 vários tipos de vandalismo, de maneira cada vez mais freqüente. Bruna relata ainda, que tem

679 ocorrido ameaças a funcionários das unidades de saúde, e que comunicou o problema aos conselhos  
680 locais, já que o maior prejudicado por uma possível paralisação do serviço é o usuário. **Bruna** diz  
681 que com a contratação da guarda municipal, solicitou um aumento na ronda pelas unidades de  
682 saúde, principalmente nos horários de fechamento das unidades, já que em locais de alta  
683 periculosidade, os funcionários sofreram ameaças. **Bruna** fala sobre o caso de uma unidade que  
684 fecha 30 minutos antes, e que tem-se trabalhado para reverter este quadro, já que o fechamento  
685 antecipado acarreta prejuízo á população, sendo o horário de fechamento das unidades de saúde, um  
686 assunto que precisa ser discutido com mais afinco. **Bruna** continua e diz que tem ocorrido também, a  
687 destruição interna nas UBSs, com cadeiras quebradas, janelas, e que se pede a ajuda dos  
688 conselheiros, para que não se tenha equivocadamente a idéia de que o município está barrando o  
689 acesso da população ao serviço de saúde, e sim de que o poder publico quer garantir um  
690 atendimento de qualidade e com segurança para os funcionários e a população. **Bruna** frisa ainda  
691 que a maioria de agressões ao patrimônio ocorre quando a unidade está fechada, e que o caso mais  
692 grave já citado, quando foi ateado fogo, ocorreu na UBS Santiago. **A secretária do conselho**  
693 **Adriana** reforça o convite aos conselheiros sobre o curso de capacitação no dia 23 de julho. **O**  
694 **conselheiro Joel Tadeu** lembra a todos os conselheiros da importância de um curso de capacitação  
695 para um membro do conselho, e inicia dizendo que em relação ao assunto de agressões ao  
696 patrimônio, no sábado foi falado da conferencia do plano diretor que discutiu a utilização do solo e  
697 do plano viário, e havia nisso um conflito de interesses dos grandes empresários que detem grandes  
698 áreas de terra na cidade. **Joel** relata que na questão havia confronto e votação, e um empresário  
699 levou 80 sujeitos para votar, e que surgiu um comentário de que a “ninguénzada” estava se reunindo  
700 nos bairros para ir se confrontar com este pessoal. **Joel** continua, e diz que meia hora depois  
701 apareceu mais de 20 guardas municipais no local, e não se pode alegar então, que só pode ser  
702 liberado guarda para apenas sete unidades, já que se estão de prontidão como no caso anteriormente  
703 citado, eles podem cuidar do patrimônio, sendo que 90 % destes guardas tem a obrigação de cuidar  
704 do patrimônio. **Joel** coloca que se deve conversar com o secretário de segurança, para que se  
705 aumente de sete para quinze o número de UBSs que receberão a vigília de guardas na sexta, sábado  
706 e domingo. **O conselheiro Manoel Rodrigues do Amaral** relata ter visto estragos significativos na  
707 UBS de sua região e relata que a população tem perguntado a ele porque não há vacina H1N1 para  
708 todos. **A conselheira Maria Osvaldina** diz que também esteve no plano diretor, e que viu a guarda  
709 municipal no local, e que no posto de saúde de seu bairro no ouro branco, não tem guarda. A  
710 palavra passa ao **secretario de saúde Edson A de Souza**, que inicia dizendo que em relação à  
711 vacina da H1N1, foi entendida a faixa etária da vacina, e que foi recebido 25 mil doses e elas  
712 haviam sido reservadas somente para a faixa etária de 10 a 13 anos, porem deste montante apenas  
713 12 mil pessoas compareceram as unidades de saúde. **Edson** relata que o município possuía no  
714 momento 20 mil doses com vencimento para dezembro, e então foi ampliada a faixa etária para de  
715 10 a 19 anos o que gera um problema, já que há 50 mil pessoas nesta faixa etária para apenas 20 mil  
716 doses, logo aqueles que procurarem primeiro as unidades de saúde dentro desta faixa etária serão  
717 imunizados e a partir do momento que acabar a vacina na unidade ela acabou também no  
718 município. **Edson** relata que em relação ao assunto do plano diretor, ele ouviu que havia um  
719 principio de confronto na câmara e por isso foi solicitado a guarda para se evitar um tumulto, e com  
720 relação às 80 pessoas que foram levadas a câmara, não pode ser feito nenhum tipo de controle ou  
721 proibição de entrada. **O conselheiro Joel Tadeu** coloca que citou o episodio da guarda apenas para  
722 demonstrar que se os mesmo estavam de prontidão no episodio, eles podem fazer a segurança do  
723 patrimônio nas unidades de saúde. **O secretário de saúde Edson A de Souza** relata que em relação  
724 a guarda, já foi encaminhado um oficio ao senhor Zan Lorenze, dispondo sobre as sete unidades  
725 elencadas pela DAS como mais prioritárias, e o mesmo justificou que neste primeiro momento em  
726 que os guardas não estão trabalhando armados seria perigoso para estes profissionais fazerem a  
727 segurança, e que a guarda se comprometeu de que irá fazer a segurança nestas sete unidades de  
728 saúde prioritárias. **A conselheira Ana Paula** coloca que o conselho tem uma grande força para  
729 mobilizar a comunidade, e que a mesma deve tentar coibir estes atos de vandalismo contra o

730 patrimônio publico. Não havendo mais assuntos a serem tratados, **o presidente do conselho Edson**  
 731 **A. de Souza**, da boa noite a todos e encerra a reunião. Esta ata foi digitada por Anderson Luiz  
 732 Oliveira Silva e será assinada pelos conselheiros abaixo;

T	Edson Antonio de Souza		T	Adilson Castro	
S	Marly Scandelai Coronado		S	Sandra Bonini de Abreu	Ausente
T	José Luiz de Oliveira Camargo	Ausente	T	Márcia Cristina R. Marengo	Ausente c/justificativa
S	Antonio Caetano de Paula	Ausente c/justificativa	S	Sandra Iara Sterza	
T	Lazara Regina Rezende		T	Marcos Rogério Ratto	Ausente c/justificativa
S	Janaina Mazzer Salinet		S	Maldissulei Correa	
T	Bett Claidh Nascimento		T	Fahd Haddad	
S	Manoel Nivaldo da Cruz		S	Ana Paula Cantelmo Luz	
T	Artemízia Martins	Ausente c/justificativa	T	Rita de Cássia Domansky	
S	Mara Rossival Fernandes	Ausente c/justificativa	S	Susy Meire Barbosa dos Santos	
T	Ogle Beatriz Bacchi de Souza		T	Paulo Fernando M. Nicolau	
S	Vera Lucia Marvulle	Ausente c/justificativa	S	Inez Francisca Vieira Meyer	Ausente
T	Maria Ângela Magro		T	Joel Tadeu Correa	
S	Neide Apda Gonçalves Ferreira		S	Gerson Navarro de Oliveira	
T	Neusa Maria dos Santos	Ausente	T	Gioconda P. da Silva Ferreira	
S	Manoel Rodrigues do Amaral		S	Terezinha P. da Silva (Mãe Omin)	
T	Maria Osvaldina M. de Oliveira		T	Silvia Aparecida Brazão	
S	Sandra R. Fernandes Remondini	Ausente	S	Elizabeth Maria Alves	
T	Elba Ferreira		T	Julia Satie Miyamoto	Ausente c/justificativa
S	Rosicler Amarins de Moura Vaz	Ausente	S	Hildegard Maria Lopes	
T	Adriana Xavier Dorta		T	Leliane N. de Castilho Nascimento	
S	Sandra Alexandra Oliveira Silva	Ausente	S	Luciana Alessandra Fernandes	
T	Esmeralda Pereira da Silva		T	Rosalina Batista	Ausente c/justificativa
S	Maria José Teixeira Lopes	Ausente	S	Jurema de Jesus Córrea	

733

734